

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.612 - MT (2019/0239017-7)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : THIAGO DA SILVA VALVERDE (PRESO)
ADVOGADOS : MARCELO FELICIO GARCIA - MT007297
PAULO ROBERTO GOMES DOS SANTOS E OUTRO(S) - MT013025
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por THIAGO DA SILVA VALVERDE contra acórdão da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC nº 1008548-53.2019.8.11.0000).

Extrai-se dos autos que o recorrente foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV do Código Penal, tendo sido decretada sua prisão preventiva.

Alegando excesso de prazo da medida e ausência de fundamentos, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 206/224):

HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO - PRETENDIDA REVOGAÇÃO DA PREVENTIVA IMPOSSIBILIDADE - 1. ALEGADA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS E CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IMPERTINÊNCIA EXPOSIÇÃO SATISFATÓRIA DA PRESENÇA CUMULATIVA DO FUMUS COMISSI DELICTI E DO PER/CULUM UBERTATIS COM BASE EM ELEMENTOS DISPONÍVEIS NOS AUTOS - GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME - MODUS OPERANDI UTILIZADO QUE REVELA O PERIGO SOCIAL - RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA - INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS - 2. AVENTADO EXCESSO DE PRAZO - INOCORRÊNCIA - INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO PARQUET E/OU DO MAGISTRADO NA CONDUÇÃO DO FEITO PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO QUE JUSTIFICAM CERTO ATRASO NA FASE INSTRUTÓRIA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO - 3.

Superior Tribunal de Justiça

ORDEM DENEGADA.

1. *Escoreito o decreto da prisão preventiva, sob o fundamento da garantia da ordem pública, se a situação fática retratada nos autos demonstra que a forma como foi cometida a conduta ilícita revela uma gravidade concreta superior àquela prevista abstratamente no tipo penal, bem como pelo risco de reiteração delitiva, evidenciado pelo histórico criminal do paciente, deixam patente a periculosidade social do inculpado. a tomar insuficiente a sua mera vinculação às cautelares não prisionais do art. 319 do CPP, a despeito das condições pessoais abonatórias que eventualmente ostente, as quais, inclusive, não possuem o condão de afastar o periculum libertatis.*

2. *Os prazos processuais devem ser analisados com juízo de razoabilidade. pois. por não serem peremptórios nem fatais, podem ser estendidos diante das vicissitudes do caso concreto, sem caracterizar ofensa ao princípio da razoável duração do processo. Ademais, na linha do entendimento jurisprudência! da Corte Superior, somente é possível o reconhecimento da coação ilegal por excesso de prazo se restar caracterizada a desídia da acusação c'ou do d. magistrado na condução do feito, o que não ocorre na presente hipótese.*

3. *Constrangimento ilegal não evidenciado. Ordem denegada.*

No presente recurso, a defesa ressalta que o recorrente se apresentou espontaneamente e sempre colaborou com as investigações. Afirma que inquéritos policiais e ações penais em andamento não podem justificar a prisão cautelar decretada.

Ressalta o caráter excepcional da segregação cautelar. Destaca que o recorrente tem emprego fixo e residência fixa, e que jamais esteve foragido.

Defende que seria suficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Aduz, por outro lado, que haveria excesso de prazo no julgamento, uma vez que o decreto preventivo foi cumprido em 11/4/2018, e ele estaria preso, portanto, há 1 ano e 2 meses. Relata que diversas audiências foram adiadas em razão da ausência de testemunhas de acusação.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, assim, a revogação da prisão, com expedição de alvará de soltura.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 267/271).

É o relatório. Decido.

O recurso perdeu seu objeto.

Em consulta ao *site* do Tribunal *a quo*, verifica-se que, em 27/9/2019, foi proferida decisão que revogou a prisão do recorrente, nos seguintes termos:

Vistos,

Trata-se de reanalisar a prisão preventiva decretada em desfavor do acusado Thiago da Silva Valverde nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal .

Conforme consta nos autos, a instrução processual em relação ao corréu Thiago se encerrou, não subsistindo, portanto, a necessidade de manter a segregação do acusado, sob pena de configurar constrangimento ilegal por parte deste Juízo.

O art. 316 do Código de Processo Penal é claro ao dispor da possibilidade da revogação da prisão preventiva se no correr do processo verificar a falta de motivos que subsista na sua segregação.

Feitas estas considerações, dada a ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP neste momento, considerando ainda que a prisão é medida de exceção e que deve ser tomada somente quando as outras medidas diversas da prisão não forem suficientes, com suporte no art. 5º, inciso LXV, da Constituição Federal c/c o art. 316 do CPP, REVOGO a prisão preventiva de THIAGO DA SILVA VALVERDE mediante o cumprimento das seguintes medidas cautelares:

EXPEÇA-SE O ALVARÁ DE SOLTURA em favor do acusado THIAGO DA SILVA VALVERDE e coloque-o imediatamente em liberdade se por outro motivo não estiver preso.

Proceda a Sra. Gestora a retirada/baixa da prisão do acusado no Sistema de Cadastro Nacional de Mandado de Prisão do CNJ.

Superior Tribunal de Justiça

Em tempo procedo ao envio da resposta contida na solicitação de fls. 234/239 referente ao pedido de informações pertinentes ao Habeas Corpus nº 1014085-30-2019.8.11.0000 -MT, conforme comprovante de remessa anexo.

Proceda-se ao desmembramento do corrêu Alexander de Hungria Silva, pois em face dele, o curso da ação e do prazo prescricional se encontra suspenso.

Dê-se vistas à defesa de Thiago da Silva para que apresente as alegações finais no prazo legal.

Após voltem os autos conclusos.

Intimem-se. Cumpra-se expedindo o necessário.

Desse modo, com amparo no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo o presente recurso prejudicado.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator